



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Jessica Mesquita

Vasconcelos

E-mail:

jessica04102000@gmail.com

Instituição: Universidade Federal do Pará, Brasil

Submetido: 16/12/2023

Aprovado: 25/11/2024

Publicado: 19/12/2024

doi: 10.20396/rho.v24i00.8675293

e-Location: e024056

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

VASCONCELOS, J. M.;

DAMASCENO, A. Instrução pública e materialidade: um estudo sobre cultura material escolar em instituições educacionais paraenses no início do século XX. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, pp.1-22, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8675293.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8675293>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



INSTRUÇÃO PÚBLICA E MATERIALIDADE: UM ESTUDO SOBRE CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PARAENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX



Jessica Mesquita Vasconcelos*

Universidade Federal do Pará



Alberto Damasceno**

Universidade Federal do Pará

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo entender, por meio da cultura material escolar, os significados dados à instrução pública no Pará na Primeira República, mais especificamente entre os anos de 1901 e 1909, que correspondem ao governo de Augusto Montenegro. A metodologia de pesquisa foi baseada na investigação de documentos, como jornais e relatórios do estado, com temas voltados para os assuntos da Instrução Pública. Foi feita análise de conteúdo, mediante etapas de levantamento, triagem e interpretação das fontes. Esse tema de pesquisa, relativamente novo e ainda pouco estudado, sobretudo na região Norte, insere-se no campo da cultura escolar, especialmente envolvendo na presente investigação estudo histórico, no âmbito da História da Educação, com sua importância na possibilidade de desvelar como a materialidade revela aspectos referentes à educação paraense republicana.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura material escolar. Instrução Pública. Primeira República.

PUBLIC INSTRUCTION AND MATERIALITY: A STUDY ON SCHOOL MATERIAL CULTURE IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS OF PARÁ IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY

Abstract

This article aims to understand, through the school material culture, the meanings given to public education in between 1901 and 1909 that corresponds to the government of Augusto Montenegro, and identify how the materiality reveals aspects. The research methodology was based on investigation of documents such as newspapers and state reports, with themes focused on the subjects of Public Instruction, through content analysis, including stages of survey, screening and analysis of sources. This subject of research, relatively new and still little studied, especially in the North region, is part of the field of school culture, especially in this case also being included in the scope of the History of Education and its importance is related to the possibilities of unveiling revealing aspects related to education Paraense republican.

Keywords: School material culture. Public instruction. First Republic.

INSTRUCCIÓN PÚBLICA Y MATERIALIDAD: UN ESTUDIO SOBRE CULTURA MATERIAL ESCOLAR EN INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN PARÁ A PRINCIPIOS DEL SIGLO XX

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo entender, por medio de la cultura material escolar, los significados dados a la instrucción pública en el Pará en la Primera República, más específicamente entre los años de 1901 y 1909, que corresponden al gobierno de Augusto Montenegro. La metodología de investigación se basó en la investigación de documentos, como periódicos e informes del Estado, con temas volcados para los asuntos de la Instrucción Pública. Se realizó análisis de contenido, mediante etapas de levantamiento, selección e interpretación de las fuentes. Este tema de investigación, relativamente nuevo y todavía poco estudiado, sobre todo en la región Norte, se inserta en el campo de la cultura escolar, especialmente involucrando en la presente investigación estudio histórico, en el ámbito de la Historia de la Educación, con su importancia en la posibilidad de desvelar cómo de la materialidad revela aspectos referentes a la educación paraense republicana.

Palabras clave: Cultura material escolar. Instrucción Pública. Primera República.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a cultura material escolar, um eixo constitutivo da cultura escolar que pode ser definida como um

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, 2001, p. 10).

Essa cultura é produzida dentro da própria escola, sofrendo e exercendo influência da cultura externa a ela. A partir desse campo de estudo, há várias vertentes de pesquisa, como o tempo, o espaço, as disciplinas, as práticas escolares, entre outros. Na pesquisa em questão, o foco será a cultura material escolar. Assim, a presente investigação se dará a partir de escolas do estado do Pará, considerando os anos de 1901 a 1909, momento em que se experimenta o crescimento da importância da economia da borracha, bem como a urbanização de parte da capital paraense, que não deixará de se refletir na instrução pública.

A partir deste estudo, buscamos entender o que a materialidade pretende transmitir ou representar no contexto no qual se insere, tendo como referência a capital paraense no contexto republicano, haja vista que os artefatos são “produtos e vetores das relações sociais” (Menezes, 2005 apud Vidal; Silva, 2010, p. 43). A esse respeito, cabe destacar que

[...] o acumulado das pesquisas sobre a denominada cultura material escolar identifica não só as funções evocativas dos tipos de artefatos que a compõem, mas, sobretudo, os termos da sua apropriação social [...] as análises da materialidade implicada nos processos educativos são percebidas tanto as dimensões ideológicas e cognitivas de qualificação dos artefatos escolares quanto sua dimensão institucional (Paulilo, 2019, p. 7).

Nesse sentido, a cultura material escolar não se limita apenas a objetos utilizados em sala, como quadro, canetas, cadernos, livros ou globos, mas inclui também o próprio espaço educacional, como prédios, salas, cômodos e mobília.

Veremos que a questão material da escola e o uso dos espaços educacionais era algo de grande interesse do governo na República, haja vista a imagem de modernização que era almejada. Havia grande preocupação com a arquitetura das escolas, sabendo-se da influência que o prédio teria no julgamento da qualidade do ensino ofertado (Sales, 2002). Dessa forma, os investimentos no setor educacional e a preocupação com o inventário escolar estavam impregnados de interesses ideológicos.

Seguindo este raciocínio, esta pesquisa levou a estudar a história da educação a partir daquilo que estava expresso nos artefatos e no espaço da escola, utilizando-os como fonte para entender a forma educacional republicana, seus objetivos e seus ideais. Ademais,

podemos descobrir as práticas escolares e suas razões, sendo possível também desvendar a forma de controle no espaço escolar e as relações de poder criadas nele (Paulilo, 2019).

METODOLOGIA DE PESQUISA

Este artigo tem como objetivo principal analisar, por meio da cultura material escolar, a Instrução Pública na Primeira República no Pará, mais especificamente durante o governo de Augusto Montenegro (1901-1909)¹.

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre cultura material escolar, que se insere no campo da História da Educação, foram utilizados documentos de diferentes naturezas referentes à instrução pública no estado do Pará durante a Primeira República. A investigação possui caráter bibliográfico e documental, feita a partir do estudo de referenciais teóricos sobre o assunto, além da análise de relatórios de governadores, inventários de estabelecimentos escolares e outros documentos legais. Foi feito o levantamento da documentação disponível no que diz respeito aos aspectos materiais escolares e, em seguida, a análise deles, a fim de identificar aspectos importantes da instrução pública, em consonância com os referenciais teóricos adotados para embasar a pesquisa.

Partindo do conceito de Le Goff (2016, p. 495), “o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”, sendo, dessa forma, necessário que o historiador o trate como monumento (documento-monumento), uma vez que deve ser analisado pela sua intencionalidade e significado a partir de uma visão crítica e científica, sem isolá-lo do contexto e das condições de sua construção. Considerando isso, em nosso estudo, priorizamos a análise de mensagens dos governadores para verificar as demandas dos dirigentes republicanos acerca da educação, a fim de relacionarmos o discurso presente nas fontes com os quadros de materiais requeridos para a escola.

Ademais, Carlos Ginzburg (2007), em seu livro *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, salienta as dimensões metodológicas que o trabalho do historiador deve ter ao lidar com documentos, para não deixar de considerar as que as fontes estão contaminadas pela interpretação de quem o fez. Visto isso, o trabalho com documentos nesta pesquisa buscou compreender de que maneira os interesses políticos e ideológicos republicanos eram disseminados na cultura escolar e material escolar, bem como entender que as fontes referentes ao que compunha, ou deveria compor, a instrução pública da época são construções de um determinado grupo, não sendo uma recriação de fatos, mas uma representação.

A pesquisa documental ocorreu de forma predominantemente virtual, a partir: dos Relatórios dos Presidentes das Províncias (Pará, 1889); do Relatório de Lauro Sodré de 1894 (Pará, 1894); das Mensagens do Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, dirigidas

ao Congresso Legislativo do Pará (1901, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908); e dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital, sobretudo o jornal *A República*; e do acervo digital de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Foi realizada a análise do corpo documental a fim de identificar o que as fontes contêm de informações relacionadas à instrução pública, mais especificamente sobre a cultura material escolar entre os anos de 1901 e 1909.

Tais fontes são importantes porque os jornais e relatórios escolhidos apresentam informações relevantes sobre a instrução pública no período republicano inicial, demonstrando o que almejavam com a modernização dos espaços escolares e com as políticas voltadas para a educação. Os documentos apresentam ainda tabelas com listas de materiais escolares utilizados nas instituições de ensino, como escolas primárias, ginásios e Escola Normal.

A metodologia de pesquisa engloba a análise do conteúdo de Franco (2008), partindo do que os documentos expressam sobre cultura material e, assim, passando do campo descritivo para o interpretativo. A escolha da pesquisa sobre o presente tema levou em consideração o critério de viabilidade colocado por Ciro Flamarion Cardoso (2017), uma vez que uma quantidade considerável de fontes sobre cultura material se encontra digitalizada e disponível no ambiente virtual. Ademais, na pesquisa focamos no aprofundamento das fontes que estão à disposição, sem que houvesse a necessidade de um grande número de documentos (Ginzburg, 2007), configurando uma abordagem qualitativa.

O estudo foi feito de forma interdisciplinar, pois demandou vários tipos de interpretações para o seu desdobramento, como a historiográfica, pedagógica e antropológica (Abreu Junior, 2005). Por isso foram utilizadas, durante o trabalho investigativo, as três dimensões analíticas apontadas por Abreu Junior (2005), quais sejam: a materialidade, a tecnologia e a intencionalidade, a fim de compreender o que os artefatos escolares, a partir de sua função, importância e presença (ou não), têm a nos dizer sobre o contexto político, social e econômico do período republicano inicial.

No levantamento bibliográfico, foi realizada a leitura flutuante da literatura especializada, parte da pré-análise (Franco, 2008), para verificar o que os materiais pré-selecionados têm de relevante para a pesquisa e o que mais pode ser coletado. Após esse processo, foi feita uma breve revisão de produções escritas que contemplam o presente tema e que serviram de embasamento para a formulação de hipóteses, as quais foram elaboradas a partir da análise documental. Por meio da análise de conteúdo, o tratamento de fontes ocorreu primeiramente partindo da leitura de cada um dos documentos selecionados - mensagens de governadores, lista de materiais, notícias de jornais- selecionando os que possuíam relação com nossa temática, especialmente as que se referiam à Instrução e aos materiais requeridos. Em seguida, feitas as descrições e seleção das principais fontes no nosso recorte, partimos para as inferências sobre o que o cruzamento dos documentos nos proporcionava de entendimento acerca das funções da materialidade na Instrução republicana. Por fim, fizemos a análise interpretativa, articulando o conteúdo das fontes ao referencial teórico escolhido.

Por fim, após as etapas de tratamento dos dados, inferências e interpretação sobre eles, obtivemos o produto desta pesquisa acerca da cultura material escolar durante o governo de Augusto Montenegro, visando contemplar os objetivos que o estudo propôs.

CULTURA MATERIAL COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

O contexto republicano no Pará já foi abordado por várias perspectivas, como a cidade, os processos migratórios, a República propriamente dita (como “A construção da República no Pará (1886-1897)” de 2005, tese de William Farias; e “A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886 -1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana”, escrito por Felipe Moraes, em 2011), e até mesmo o ensino, a exemplo de trabalhos sobre a Escola Normal, como “Um Viveiro de Mestres: A Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização (1890-1920)” de Raimundo Tavares Junior (2012). Este artigo aborda o período republicano focando na temática educacional a partir do estudo da cultura material expressa em artefatos escolares presentes no governo de Augusto Montenegro (1901-1909). Essa materialidade estudada inclui os objetos de sala de aula e, principalmente, o espaço escolar e sua organização como forma de imposição da ideia de modernidade republicana.

Este estudo sobre cultura material escolar nesse governo se constitui em uma investigação histórica, que buscou justamente compreender de que forma a cultura material desse período faz transparecer seus interesses ideológicos, culturais e políticos dominantes. O período de 1901 a 1909 foi o recorte escolhido, uma vez que no seu contexto houve várias modificações urbanas, impulsionadas pela exportação da borracha da Amazônia e que favoreceu bastante o processo de modernização no Pará (Tavares Junior, 2012).

Esse momento de forte urbanização e de modernização marcou o mandato de Augusto Montenegro e ocorreu em meio a intensas disputas políticas entre Lauro Sodré e Antônio Lemos (aliado do então governador). Sodré era um crítico da forte modernização defendida por Lemos, pois os lauristas² eram contra as políticas de favorecimento e de concessões sob as quais acontecia o mencionado processo de urbanização (Coimbra, 2013). É a partir desse contexto de efervescência modernizadora e política que abordaremos a cultura material escolar na instrução pública paraense.

Tal investigação tem importância decisiva para a História da Educação, uma vez que nos revela como se conformava a sociedade naquele período e quais as percepções e as vivências compartilhadas socialmente, além de oferecer parâmetros de comparação sobre os modelos educacional e de ensino naquele contexto, assim como as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas para que a educação ganhasse a forma que conhecemos.

A cultura escolar daquele período deixou vestígios significativos que podem ser encontrados na vasta documentação existente, ainda que tenham sido produzidos poucos trabalhos monográficos com foco na cultura material escolar no Brasil (Souza, 2007),

principalmente no Pará. Por outro lado, há uma extensa produção entre os autores que são fundamentais para entender a cultura escolar, como Forquin (1993), e Faria Filho et al (2004).

A abordagem de Faria Filho *et al* (2004) referente à cultura escolar entende esta como um estudo tanto no campo de análise (no qual se estuda a cultura escolar propriamente dita) quanto como forma de investigação (na qual se utiliza desse estudo como metodologia de pesquisa), de modo que acaba sendo investigada por vários autores, cada um com uma forma de percebê-la na escola.

Para Forquin (1993), a cultura escolar seria a cultura própria da escola, uma vez que esta, independente do tempo ou do espaço, opera com elementos próprios de produção, não sendo apenas receptora da cultura produzida externamente a ela (Forquin, 1993 apud Mesquita, 2013). Apesar de a forma como cada instituição de ensino opera não ser igual, o contexto no qual ela está inserida também exerce influência também no seu interior (Frago, 2001 apud Faria Filho et. al, 2004). Pensando assim, há de ser considerada a existência de uma relação de troca entre o exterior e o interior das escolas, em um processo recíproco de produção e recepção de cultura.

Faria Filho *et al* (2004), a partir do estudo sobre o cotidiano escolar, definem três grandes eixos constitutivos da cultura escolar: saberes, conhecimentos e currículos; tempos e instituições escolares; e materialidade escolar e método de ensino. Todos os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, tais como tempo, espaço, sujeitos, conhecimentos e práticas escolares, têm forte relação entre si, de modo que dentro do âmbito escolar nada se dá de forma neutra, pois todos têm uma função intrínseca e pretendem expressar algo. Por isso, ao estudar de que forma se constitui a cultura escolar, pode-se afirmar que

[...] a sociedade produz a escola e por ela também é produzida, da mesma forma que a escola ao produzir a sociedade também está sendo produzida por ela. Assim sendo, a forma escolar, ao constituir-se, enquanto tal, inaugura novas situações nas relações cotidianas vivenciadas pelos elementos-chave que compõem o cenário educativo, fazendo com que a escola seja inventada como uma unidade de características próprias e com um modo social próprio de ser [...]. (Gonçalves; Faria Filho, 2005, p. 39)

Entre as vertentes inerentes à cultura escolar, é possível focar nas práticas de ensino, nos currículos e nas disciplinas ou na materialidade (Faria Filho *et al*, 2004), ou até relacionar todas em um mesmo trabalho. Entretanto, nesta pesquisa o foco será a materialidade escolar, cujas discussões são bastante recentes e prosperaram nas décadas de 1980 e 90, devido ao desenvolvimento da Nova História Cultural da terceira geração dos Annales (Souza, 2007). Neste sentido, passou-se a estudar também a relação não só prática dos materiais com as pessoas, mas também a simbólica.

OS MATERIAIS E SEUS USOS

Se o uso de artefatos em determinados tempo e espaço expressa características das relações sociais e atribuem significados a eles, é possível também falar de uma cultura material escolar, campo de pesquisa recente ainda em construção, mas que possui produções importantes do final do século XIX e início do XX que constituem referências férteis para sua investigação (Souza, 2007), pois entendemos que a compreensão da escolha pelo uso (ou não) de determinados materiais na escola, assim como seus significados, contribui para decifrar práticas escolares (Souza, 2005 *apud* Wollmann, 2015), uma vez que mediante objetos, recursos pedagógicos e outras materialidades, é possível desvendar práticas e normas do cotidiano escolar que incorporam a vida dos indivíduos formados nesse ambiente (Wollmann, 2015).

Será a partir das exigências em relação à materialidade dos grupos escolares que iremos desenvolver essa pesquisa. A partir de fontes que mostram um pouco sobre essa materialidade, surgem alguns questionamentos, como: qual a finalidade do uso desses objetos para o ensino? Por que eles eram utilizados nesse período por professores e alunos? O que eles dizem sobre o contexto em que estão inseridos? Essas são algumas das perguntas a que procuramos responder ao estudar a cultura material de escolas paraenses.

Em primeiro lugar, vale ressaltar as grandes críticas feitas à educação no período imperial. Ao final do século XIX, a visão que o regime republicano tinha acerca das escolas imperiais, as casas escolares, também chamadas de pardieiros, era de atrasadas, precárias e insalubres. Sobre isso, Damasceno, ao falar sobre a educação durante o Segundo Reinado, afirma: “Comumente, as “aulas” funcionavam nas casas dos próprios professores ou em outros lugares inadequados, seguindo uma metodologia de acompanhamento individual da criança, mesmo que o trabalho se desenvolvesse em turmas” (Damasceno, 2017, p. 41).

Apesar da criação de um decreto régio, em 1827, para tentar organizar o ensino, a situação continuou da mesma forma:

[...] quem podia, educava seus filhos em casa, com professores contratados especificamente para esse fim, ou se organizava em grupos familiares para contratação de um mestre que trabalharia em sua própria casa ou em outro lugar minimamente adequado. Para a maioria da população, preponderantemente analfabeta, restavam as escolas, sempre em pequena quantidade e desaparelhadas (Damasceno, 2017, p. 42).

Assim, insatisfeitos em diversos aspectos com o cenário do Império brasileiro, grupos de intelectuais e políticos iniciavam movimentos de caráter republicano e, em 1870, surgia o jornal *A República* (Clark, 2006), no qual sempre havia manifestos contra o regime vigente:

Nega-se a instrução gratuita, embora a lei estivesse estabelecido sua obrigatoriedade em toda a província, mas paga-se generosamente a vaidade de estranhos, aumenta-se com prodigalidade a fortuna de particulares! [...] É um bello governo este que possuímos! Faz-nos venturosos, faz a felicidade da nação! Monarchia e centralisação, despotismo e ignorância-

eis o triste peculio d'esta geração, a herança infamante que vamos deixar a nossos filhos. Por que não mandam logo fechar todas as escolas? Tanto dinheiro inutil que se gasta com essa panacéa! (A República, 1886, p. 3).

Como se pode ver, os republicanos faziam duras críticas ao Império e à forma como a educação era tratada nesse período. Assim, após a Proclamação da República, houve a tentativa de apagar a memória referente ao modelo educacional imperial, de forma a enaltecer a modernidade que viria com o modelo educacional republicano (Schueler; Magaldi, 2009). A ideologia positivista, baseada nas ideias de Augusto Comte, foi o que fomentou os ideais republicanos de avanço, o que refletiu em todos os âmbitos da sociedade, incluindo a educação. Essa ideologia contribuiu para o projeto de modernização republicano, sendo a educação baseada em valores cívicos e morais (Souza, 2019). Para os republicanos, essas ideias contribuiriam para a formação do indivíduo patriota e civilizado.

Com o advento da República, muitas mudanças foram promovidas na tentativa de romper com as características do regime anterior, tanto no aspecto político de centralidade de poder, no âmbito econômico com as novas formas de produção, industrialização e cada vez mais empréstimos estrangeiros; no âmbito social, com uma nova organização após o sufrágio universal, o qual abrangia a menor parte da sociedade (homens alfabetizados de 21 anos, excluindo militares de baixa patente e integrantes de ordens religiosas). Diante disso, o setor educacional não foi excluído das modificações, sendo foco de amplos debates acerca de seus encaminhamentos. Isso deve-se, também, ao fato de que era necessário legitimar a nova ordem, tanto por meio de símbolos nacionais, quanto por meio da inserção das ideias republicanas na educação brasileira, a fim de promover reconhecimento da sociedade em relação à República e ao sentimento de pertencimento.

Assim, foram feitas várias reformas educacionais entre 1889 e 1925, a fim de acabar com o atraso que o período imperial havia deixado, na visão dos líderes republicanos (Clark, 2006). Em 1889, um mês antes de ser proclamada a República, o presidente da província Antonio José Ferreira Braga denunciava os problemas na instrução pública no Pará:

E urgente que a província e o município se agitem com a energia e plena despreocupação partidária, e accentuem o espirito da reforma, que torna-se inadiável. O Pará tem falta de professores, falta de escolas, falta de alumnos, tal é a trindade negativa em que se espelha a instrução pública da província (Pará, 1889, p. 6).

Durante o governo de Lauro Sodré, em 1894, é tratado no relatório sobre algumas questões referentes à instrução pública, evidenciando e exaltando – às vezes por meio de comparações com o que era feito no período imperial – os investimentos feitos na educação e a criação da Escola Normal:

As escolas primarias que em 1889 era 331, subiram a 416 em 1890 e são hoje 456. [...] Data da primeira phase do governo republicano a criação da Escola Normal, que era uma condição essencial e indispensável para o levantamento do nível da instrução publica. D'esse importante

estabelecimento de ensino, base e ponto inicial de toda a reorganização de nossa Patria, como a desejamos e queremos. [...] a Escola Normal tem sido erguida ao ponto que hoje está graças a boa vontade com que tem os poderes públicos tratado esmeradamente de acabar um edificio [...] Installada em prédio espaçoso e hygienico, dotada de muitos dos melhoramentos materiaes, que reclamavam o ensino, com escolas modelos annexas, onde só é possível o alumno aprender a ser mestre, essa instituição ha de sem duvida, bem dirigida,corresponder aos intuitos patrióticos de sua fundação (Pará, 1894, p. 24).

Anos depois, já no governo de Augusto Montenegro, pode-se identificar o entusiasmo nas Mensagens referentes à Escola Normal:

É com prazer que me refiro a este estabelecimento, cuja organização e desenvolvimento constituem a prova mais convincente dos esforços empregados pela administração publica no sentido de elevar o nível de nossa instrucção. Usando da attribuição constante da lei n. 834 de 24 de outubro de 1902, procedi a reforma deste estabelecimento de ensino, promulgada pelo dec. n. 1207 de abril deste ano, nesta reforma foram codificadas diversas disposições que desde o inicio do meu governo tinha tomado a respeito da Escola Normal. Ao mesmo tempo que fazia a reforma do regulamento, transformava radicalmente o prédio em que funciona a Escola. Hoje, quem visitar o bello predio, encontra-o-ha completamente adaptado ás modernas prescrições da moderna sciencia pedagogica e da hygiene a mais esculpula. Todos estes melhoramentos forma definitivamente inaugurados no dia 14 de julho ultimo, quando o publico teve ensejo de conhecer os ingentes esforços empregados pelo Governo em prol de tão util instituição (Pará, 1903, p. 36- 37)

Essa instituição recebia especial atenção dos governadores do Pará na Primeira República, uma vez que formavam os futuros professores e professoras das escolas primárias, além de poder “ser pensada como um espaço estratégico para a construção dos ideais republicanos” (Costa, 2015, p. 27). Esses normalistas que estavam sendo formados ministrariam aulas nos grupos escolares. A Escola Normal corroborou o processo de civilização das camadas populares, sendo primariamente instalada a Escola Normal Caetano de Campos (1891), em São Paulo, e depois diversas escolas se espalharam pelo país (Souza, 2019). Pouco depois, em 1894, é criado em São Paulo o grupo escolar, uma forma de organização do ensino primário que trouxe várias mudanças no ensino, no espaço escolar e criou novas relações de poder na escola.

Nesse contexto, os grupos escolares foram de grande importância para ressaltar o ideal moderno e grandioso que o novo período queria transparecer, pois estes eram edificações que representavam a monumentalidade, a simbologia estética, cultural e ideológica republicana, além do fato de que surgia uma perspectiva sobre ser necessário um espaço próprio para a escola, pois espaços adequados para o ensino reforçariam o cumprimento das funções sociais do espaço escolar (Faria Filho; Vidal, 2000). Em relatório sobre o ensino primário, Augusto Montenegro fala sobre a introdução de grupos escolares:

A reforma do programma (de ensino) servio de base á própria reforma da organização escolar que realisei pelo dec. N. 1190 de 17 de fevereiro de 1903. Por esta reforma foi deslocado o eixo da organização do ensino, que passou das escolas isoladas para os grupos escolares, instituição em que fundo as mais serias e vivazes esperanças que a experiencia começa amplamente a realizar. As escolas foram divididas em elementares e complementares, consagrando a reforma a supressão anteriormente decretada das escolas isoladas, inutilidade dispendiosa e que não correspondeu aos intuitos dos autores da antiga organização, guardadas, porem, nos grupos escolares como um complemento indispensavel e racional a uma preparação primaria integral (Pará, 1903, p. 31).

As mudanças foram impulsionadas pela de necessidade de demonstrar um quadro de evolução, de um período para o outro, em que a República se revelasse, por meio também da materialidade, uma vitrine da modernidade:

A edificação dos espaços com a criação dos grupos escolares, demandou a reorganização das estruturas físicas para adequação ao novo modelo de instituição para abrilhantar as vitrines da modernidade educativa. A educação nesse período, ganhava voz nos discursos dos governantes, pois era considerada um meio para o progresso do país. Nesse sentido, as reformulações dos dispositivos legais foram fortemente influenciadas para a imposição desse ideário, que via na instrução pública primária o lugar para civilizar e moldar a sociedade que se almejava (Souza, 2019, p. 51).

Garcia (2020) aponta que foram criados critérios para o tipo de mobília e para a construção da escola, os quais surgem após discussões entre os representantes do estado e da educação, levando em conta, por exemplo, a questão de higiene do mobiliário e da acomodação saudável das crianças em sala, como a iluminação e a disposição das carteiras, tudo isso formando o novo desenho arquitetônico da escola. Nos projetos do governo, as escolas deveriam passar a mensagem de modernidade e progresso da cidade – elas se localizavam nos grandes centros urbanos – então tudo o que a compunha deveria comunicar valores do que era considerado como símbolo positivo, a exemplo da higiene, da beleza e do poder. No entanto, o progresso social e econômico da República contrastava com a existência de graves desigualdades sociais, mantendo a maior parte da população sem acesso aos direitos e à liberdade almejada, reforçando uma relação desigual e antagônica entre o povo e a elite (Marach, 2021). Por isso, os grupos escolares tinham status social, mas não eram democráticos pois era a elite quem mais os frequentava.

Sobre isso, é importante destacar o que é apontado por Sales (2002), sobre o valor simbólico, fruto de um consenso social, dessas mudanças materiais, uma vez que a construção de prédios escolares, por exemplo, representava mais do que apenas modernidade, mas também legitimação do saber por meio do prestígio da escola.

A revista *A Escola*, que circulou no estado do Pará durante os anos de 1900 até 1905, se configura em rica fonte para encontrarmos vestígios sobre a cultura material dos grupos escolares. É importante destacar que esse periódico tinha como função divulgar textos

educativos, legislação educacional, material didático, diretrizes sobre como ministrar aulas, atividades escolares para serem ministradas aos alunos, atas de reuniões do Congresso Pedagógico e outras informações a respeito do âmbito educacional, tendo, por isso, como seu público-alvo o professorado do Pará. Entre os números analisados, foi possível extrair alguns trechos nos quais o autor discorria sobre a materialidade dos espaços escolares. O primeiro deles diz respeito ao relato do inspetor de ensino Hilário Máximo Sant'anna:

A este grupo como aos demais que visitei na região do Salgado faltam os necessários utensílios de ensino e objectos de expedientes. Impressiona mal [...] o penetrar-se em um estabelecimento de ensino e ver-se por exemplo as paredes despidas de um mappa geographico, não encontrar-se um utensilio para o ensino de lições de coisas etc. [...]. A escola, segundo a moderna concepção que d'ella fazem os mestres, deve ser um estabelecimento preparado de maneira a attrahir a atenção da creança, a pôr diante dos olhos o objecto a estudar, a facilitar a missão do professor, emfim (Pará, 1902a, p. 81).

O outro trecho mostra a mensagem feita pelo diretor da escola Gonçalo Ferreira, João Gualberto de Campos, requisitando uma remessa de objetos necessários para o bom funcionamento do grupo escolar, entre eles:

Mappas geraes de cada uma das 5 partes do mundo;
1 Globo terraqueo;
1 Esphera armilar;
1 dita de papel almasso;
12 cardenetas para notas de licções;
[...] Tinta, Giz, esponjas e pennas;
Instrumentos para o ensino de desenho linear; [...]. (Pará, 1902b, p. 121).

Nestes recortes, podemos identificar a importância que era dada aos materiais para o bom funcionamento das escolas e das aulas, e como a sua falta é malvista pelo visitador, que demonstra insatisfação com algumas escolas por não estarem devidamente equipadas, indicador da falta de organização e precariedade, destoando da modernização requerida. Isso nos remete à abordagem de Faria Filho *et al* (2004) acerca das funções que cada parte constitutiva da cultura escolar, nesse caso a materialidade, possui em determinado contexto. No caso em questão, a demanda ou a falta de objetos para escola é determinante para entendermos a mensagem e a imagem que o governo buscava transmitir por meio dos espaços educativos e do tipo de ensino. Semelhante preocupação com o espaço dos grupos escolares é encontrada em mensagens de Augusto Montenegro ao fazer o relatório do estado, mais especificamente no que se refere à educação:

Além do esforço empregado com uma melhor organização e distribuição do ensino, procurei dotar as casas de instrucção de farto material escolar, encommendado expressamente da Europa, de importante casa Aillaud & C^a, assim discriminado:
Para os grupos escolares.
35 compendios métricos

170 Mappas do Brazil em portuguez [...]
130 Mappas Mundi- Terra elementar [...]
35 Collecções do Museu Industrial Escolar [...]
45 Collecções de 30 quadros, cada collecção de animaes, vegetaes e terrenos [...] (Pará, 1904, p. 47).

Ao analisarmos os materiais que eram tidos como equipamentos de suma importância para o bom funcionamento da instrução pública, como os mapas do Brasil e do Pará, mapas *mundi*, globos terrestres, compêndios métricos (para cálculo), esfera armilar (para o estudo de astronomia), entre outros, podemos inferir características marcantes do método intuitivo – difundido nas escolas desde as décadas finais do Império –, que consiste no estímulo à observação de coisas e fenômenos a partir da valorização dos sentidos como primeiro estágio da inteligência, ou seja, o conhecimento era adquirido pelo contato e percepção dos objetos (Schueler; Magaldi, 2009; Valdemarin, 2000). Para isso, o uso de materiais, como os relacionados anteriormente, era condição *sine qua non* para a boa educação por facilitarem a aprendizagem, na medida em que seria impensável praticar o método intuitivo sem o auxílio de materiais adequados (Souza, 1998).

Tais exigências para a instrução pública vão ao encontro do que afirma Souza (2019), sobre a nova proposta pedagógica republicana que deveria seguir os preceitos de modernização dos países civilizados e se apoiar “na formação do professor e da criança para progredir e modernizar o Estado, portanto, viu-se a necessidade de reformas na Instrução Pública para atender às novas demandas do sistema político educacional do Pará” (Souza, 2019, p. 22).

Em mensagem redigida, em 1905, ao tratar dos assuntos da instrução, o governador explicita as melhorias que vem promovendo no Estado e entre elas destaca “a construção de casas apropriadas para o seu funcionamento, aparelhamento dos grupos com todos os elementos materiais sem os quaes o ensino se torna uma burla dispendiosa” (Pará, 1905, p. 47).

Mais exemplos de objetos utilizados nos prédios escolares podem ser observados no “Quadro demonstrativo dos móveis e utensílios manufaturados no Instituto Lauro Sodré, por conta do estado”. Nele podemos observar alguns dos materiais escolares produzidos e fornecidos por essa instituição para a instrução pública entre os anos de 1901 a 1907:

Carteiras escolares duplas [...]
Carteiras escolares de um lugar [...]
Carteiras completas para desenho [...]
Quadros pretos [...]
Escarradeiras de páo [...]
Bancos para professores [...]
Cabides para chapéus [...]
Carteiras com 4 logares (Escola de Pharmacia) [...]
Banco para alumnos [...]
Estante para livros [...]
Tribuna para o 1º grupo escolar [...]

Mochos para Escola Normal [...]
Bancos para lavatórios (Instituto Orphanologico) [...]
Bancos evernizados para 12 logares (Instituto Orphanologico) [...]
Banquinhos para costura [...]
Mezinhas toscas para typographia [...]
Poltronas [...]
Sofá [...]
Dunquerque de pedra de mármore [...]
Jardineira com pedra de mármore [...]
Porta-escova com pedra e gavetinhas [...]
Guarda-roupa com 264 corpos (12 cada um) [...]
Comodas de cedro [...]
Confissionario de páo amrello [...]
Genuflexorio [...]
Cupula para confissionario, forrada à sêda [...]
Trinchantes [...]
Pranchetas para as aulas [...] (Pará, 1907, p. 31-32).

A partir da leitura das mensagens do governador ao longo de seu mandato, é possível verificar como era fundamental expor os detalhes do que constituía a organização da educação, especialmente sua materialidade. A exemplo dos prédios e das reformas ocorridas, da especificação da origem dos objetos, importados geralmente da Europa, e da matéria-prima a partir da qual eram produzidos, como o mármore, o cedro ou a seda. Ainda podemos considerar um certo capricho no fornecimento do material, haja vista a presença de poltronas, sofás, cômodas, tribunas de aula e outros materiais mais refinados. Isso era importante para difundir as medidas de aprimoramento da instrução e corroborar o ideal de modernização almejado. Mediante esse quadro, também podemos depreender, por exemplo, a existência de aulas de tipografia, de costura (certamente destinada a meninas) e de desenho. Ademais, a presença de genuflexório, confessionário e sua cúpula na lista comprova a existência nada discreta de uma ritualidade católica ainda ativa, apesar do advento de um regime defensor da separação entre o Estado e a Igreja.

Referindo-se a mudança do prédio do Instituto Gentil Bittencourt, destinado à educação de meninas desvalidas e órfãs, o governador exalta que nada da velha casa foi aproveitado e os novos materiais foram produzidos e cedidos pelo Instituto Lauro Sodré; desde cadeiras para refeitório e capela, guarda-talheres, bancos para costura e cômodas, até confessionário e guarda-roupas. Além disso, ele destaca os importados da América e da Europa como o mármore e as alfaías para a capela, o fogão, os lavatórios, as duchas, o candelabro elétrico, as roupas de mesa e as louças e talheres. Em documento redigido em 1905, já se liam indicações sobre a reforma “radical” pela qual a instituição passaria, a fim de promover melhorias e mudar o quadro de insuficiência na organização daquele espaço educacional. O governador fazia questão de elogiar o Instituto como “o mais bello estabelecimento ao ensino de meninas existente no Brazil e que não faz triste figura entre os do mesmo gênero no mundo civilisado” (Pará, 1906, p. 41-42). A reforma fez com que se

incluíssem, ainda, salas de desenho, pintura e música e instalação de uma oficina tipográfica (Pará, 1907, p. 108).

As características mencionadas referentes ao quadro material do espaço escolar remetem ao ideal civilizatório republicano e ao que era considerado moderno, associado diretamente a tudo aquilo produzido ou praticado no continente europeu. Sobre isso, Tavares Junior (2012) afirma que a educação na República era representada pelos seguintes aspectos.

“O aperfeiçoamento da moralidade é a condição fundamental para o surgimento de cidadãos comprometidos com o progresso e a civilização, em seguida, a melhoria das condições intelectuais, imbuídas de uma moral. Finalmente, a melhoria das condições materiais, traduzida em prédios, praças, monumentos, espaços para a elite se ver e ser vista como teatros, praças, sempre como referência a sociedade da Europa Ocidental, principalmente a francesa e a inglesa” (Tavares Junior, 2012, p. 26).

Outrossim, observamos, como mencionado anteriormente, a presença de objetos úteis à prática de costura, demonstrando funções vinculadas à figura feminina, já que o instituto era para mulheres, além da preocupação com espaços para exercício da religiosidade, como a capela do estabelecimento. Em mensagem ainda no ano de 1905, Montenegro faz referência ao ensino de prendas domésticas para as alunas e expõe o desejo de entregar a instituição a uma ordem religiosa (Pará, 1905, p. 53). Na seção de obras públicas da mensagem de 1908, o governador fez uma exposição detalhada da organização espacial do Gentil Bittencourt, evidenciando sua monumentalidade arquitetural; nesta ocasião, ressaltou a capela do prédio, “magistralmente elaborada”, com vitrais, pavimento e altar de mármore, pinturas artísticas feitas por franceses, e dá destaque especial a uma que retrata Jesus reunindo crianças para instrução (Pará, 1908, p. 141), o que comprova o ainda forte vínculo entre a religião católica e a educação, reforçando os preceitos de moralidade e civilidade propostos por educadores católicos ainda que a República prezasse, desde seu nascimento, pela separação entre a Igreja e o Estado, revelando os limites da laicidade na instrução pública (Schueler; Magaldi, 2009).

Essas características da cultura material escolar encontradas nas fontes variam de acordo com a finalidade do ensino (no Instituto Lauro Sodré a formação de meninos órfãos para o trabalho; no Instituto Gentil Bittencourt a formação de meninas desvalidas para o casamento e serviços domésticos), mas se assemelham por estarem sujeitas a um contexto cujo ideal principal se pautava em modernidade e progresso, constituindo-se em premissas das dimensões cognitivas, ideológicas e institucionais que, de acordo com Paulilo (2019), estão presentes nos artefatos que compõe a materialidade da escola. As escolhas não são feitas de maneira aleatória, mas tem um propósito maior, tanto em sua função educativa (como por exemplo, formar meninas para desenvolver habilidades para realizar tarefas domésticas; e formar meninos que sirvam de mão de obra), quanto no seu objetivo de formação de ideais, os quais devem se adequar à nova conjuntura.

Outro aspecto importante a ser destacado é a valorização que se dava à higiene do ambiente, corolário das demandas por mobiliário novo, espaços amplos, para garantir

circulação de ar, algo copiosamente repetido nas mensagens referentes aos espaços educacionais e sua disposição, assim como a preocupação com a aquisição e uso de equipamentos relacionados ao sanitarismo e à higienização pessoal (como lavatórios e duchas), o que pode ser visto no trecho a seguir, referente ao 5º grupo escolar da capital:

Para melhor hygiene, mandei vir dos Estados Unidos da America do Norte duas series de aparelhos sanitarios, de porcellana. Contruiu-se uma fossa do Typo Mouras, sendo preciso fazer-se uma canalisação de exgotto, de 135 metros de comprimento para a galleria mais proxima, á praça Nazareth (Pará, 1908, p. 169)

Tal preocupação se devia à doutrina higienista, que ganhou força no período republicano, quando as cidades vivenciaram um intenso processo de urbanização e industrialização. Tal movimento intencionava moldar o comportamento dos cidadãos, motivando-os a ter atitudes salubres, haja vista a relação existente entre ciência, higiene e civilidade, na qual o saneamento era incluído como preceito moral a ser seguido (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021). Esse cuidado é nítido quando verificamos o que era requerido como essencial no espaço das instituições escolares.

Tendo em vista esses detalhes em relação à gestão do espaço escolar, entendemos a peculiaridade das decisões referentes a ele, uma vez que a cultura escolar, apesar de ser reflexo daquilo que é criado dentro dele por meio de mecanismos e condições próprios do lugar (Forquín, 1993), é também resultado de processos externos a ela (Faria Filho *et al*, 2004), como as políticas de um dado contexto, bem como as condições econômicas e sociais, ou seja, uma amálgama de fatores.

No que concerne ao ideário de modernidade e civilidade, isso pode ser identificado a partir da síntese de todos os aspectos apresentados, haja vista que desde as menores peças, como trincheiras (talheres) até as mobílias importadas, é possível identificar, mais do que a modernidade concretizada, a necessidade de afirmação do novo, do científico enquanto símbolo do progresso que levaria a instrução ao seu mais alto grau. Ainda assim, há demonstrações mais óbvias e evidentes de como esse ideário se fazia transparecer na materialidade, como é o caso de um monumento fixado na entrada do colégio Gentil Bittencourt, onde é notória a dimensão simbólica deste ideário (Carvalho, 1990).

Ao centro da ellipse a que nos referimos, falando do jardim fronteiro, surge um monumento de marmore, symbolizando conjunctamente a educação e a caridade. Sobre o embasamento architectural, que se apoia em 3 degraus e que surge entre flôres e folhagens, vê-se uma formosa mulher - a Instrucção Publica - indicando a uma criação do povo o instituto Gentil Bittencourt, onde lhe reservam educação e amparo. O aspecto da creança é de soffrimento e indigencia: ella se arrima á grande imagem tutelar, symbolo de toda a civilização humana, como para invocar, nesse abandono, a graça de seu magnanimo e carinhoso acolhimento. Sobre seus degraus e perto das flôres, no plano mesmo do terreno, duas educandas, com as vestimentas proprias e regulamentares, juvenis e alacres, levam

uma côroa de flores e louros, como tributo de seu agradecimento pela educação recebida. Esta Obra d'arte completa a feição monumental do edifício (Pará, 1908, p. 144).

A descrição de Montenegro deixa clara a ideia que se fazia da missão da educação e daqueles que seriam seus objetos – os alunos –, substanciando sua missão consagrada da República como condutora de homens e mulheres, adultos e crianças, à redenção da ignorância, da tirania e da indolência.



Figura 1 - Monumento fixado na entrada do colégio Gentil Bittencourt, atrás do qual se lê “*Erigido para comemorar a construção do edifício especial e a reforma do instituto Gentil Bittencourt pelo Dr. Augusto Montenegro Governador do estado*”

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Como os outros aspectos da cultura material aqui discutidos, essa estátua nos ajuda a desvendar os objetivos políticos, ideológicos e educacionais preconizados no período em questão e de que maneira isso era utilizado a favor da lógica de governo republicana. As dimensões da materialidade ultrapassam a mera existência de componentes espaciais da escola e perpassam por dimensões ideológicas e educativas (Paulilo, 2019), além de serem produções das relações sociais existentes (Vidal; Silva, 2010). Os elementos constitutivos do espaço escolar, por serem demandas próprias para este espaço, tem modos próprios de operar, sendo também capazes de produzir formas novas de relações (Gonçalves; Faria Filho, 2005), por isso consideramos de relevância esse estudo em um contexto de fortes transformações intensas.

Diante disso, é possível verificar o encargo da materialidade como mecanismo de legitimação do poder vigente sobre o pensamento da sociedade, algo que só pode ser analisado se a investigação for além do objeto em si, como algo neutro e limitado em seu

próprio sentido, encarando-o como uma fonte repleta de intenções e significados dos mais variados gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar, mediante a cultura material escolar, a instrução pública no Pará republicano, buscando também compreender de que forma o ideário da República influenciou o âmbito educacional. Ao longo do estudo, que se limitou ao período do governo de Augusto Montenegro, foi possível verificar, na significativa documentação disponível, a importância da materialidade nas ações governamentais nos diversos empreendimentos, inclusive na instrução pública, a qual passou a ser alvo e ferramenta do projeto dominante da época. A análise das mensagens de Montenegro e suas constantes referências aos aspectos espacial e material das instituições de ensino já eram, em si, um dado importante para demonstrar o valor dado a esse aspecto. Para além disso, as demandas do governo por fornecimento de objetos para as escolas demonstram tanto a necessidade de reafirmar o ideário de modernidade e progresso quanto de enaltecer os feitos do próprio governador no que concerne à educação, qualificando-o como um agente importante no papel de instauração de um novo tempo.

Em relação às reflexões apresentadas, acerca dos significados e das intenções presentes nos materiais evidenciados, foi possível produzir inferências sobre o tipo de base educacional inculcada, de matriz positivista e ligada ao método intuitivo de ensino, além de apontar alguns atributos do modelo educacional sendo importante destacar a potente finalidade atribuída ao domínio educacional, de formar cidadãos prósperos, civilizados, em consonância com o pretenso progresso da República, representada pela figura grandiosa e imponente dos prédios de instituições escolares e do rebuscamento dos artefatos.

A análise baseada nas fontes sobre a materialidade proporcionou identificar intenções intrínsecas as suas escolhas, formas de uso e importância, pois mesmo que de forma implícita, a presença ou falta de objetos na escola são detalhes que faziam parte da construção de um ideário republicano. O estudo envolvendo a materialidade, nesse caso no espaço escolar, é profícuo para entender além de seu sentido prático, mas os simbolismos que a cultura material carrega (Souza, 2007) em sua relação com seu meio de uso e produção.

Destarte, o estudo sobre a cultura material escolar é um valioso caminho para desvendar as particularidades e finalidades da educação e das práticas escolares e, mais ainda, meio privilegiado de perscrutar os prováveis interesses por trás das escolhas e dos usos de determinados objetos e de modelos de prédios educacionais. Desse modo, a partir dessa articulação, é possível compreender o contexto social, político e educacional referente ao período ao qual corresponde a materialidade em questão.

REFERÊNCIAS

© Rev. HISTEDBR On-line	Campinas, SP	v.24	1-22	e024056	2024
-------------------------	--------------	------	------	---------	------

A REPÚBLICA. Instrução Publica. **A República**: órgão republicano, Belém, edição 00028, 15 out. 1886.

ABREU JUNIOR, L. de M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições**. Campinas, v. 16, n.1, p. 145-164, 2005.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLARK, J. U. A Primeira República, as Escolas Graduadas e o ideário do Iluminismo no campo da História da Educação. In: SAVIANI, D. *et al.* (Org.). **Vinte anos de Histedbr**. Campinas: Histedbr, 2006, p. 1-7.

COIMBRA, A. M. A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX. In: **Simpósio Nacional De História**, 27., 2013, Natal. Anais... São Paulo: ANPUH, 2013.

COSTA, E. S. **Civilizar a nação pela instrução pública**: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909). 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

DAMASCENO, R. A.; PANTOJA, S.; MIRANDA, J. A doutrina do Higienismo na Revista de Educação e Ensino: Octavio Pires e a higiene dos internatos. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 7, 2021.

DAMASCENO, R. A. A instrução no Grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 37-64, 2017.

FARIA FILHO, L. M. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 19-34, 2000.

FORQUIN, J. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GARCIA, G. **Itinerário moveleiro**: o provimento material escolar para a Instrução Primária paranaense - anos finais do século XIX e início do século XX. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. História das Culturas e das Práticas Escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 31-57.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7 ed. Campinas: Unicamp, 2016.

MARACH, Caroline Baron. O gigante adormecido. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 2, n. 17, 2021, p. 67-80.

MATTOSO, Ernesto. **O Dr. Augusto Montenegro**: sua vida e seu governo. Paris: T. Dussieux (s.d.). viii, 251 p. il.

MESQUITA, A. M. **Os elementos de inclusividade na prática curricular de uma professora**: uma análise a partir da cultura escolar. 2013. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PARÁ. **Mensagem de Hilário Maximo Sant’Anna sobre instrução pública nos municípios**. A Escola: Revista Oficial de Ensino, Belém, n. 27, v. 7, p. 81, 1902a.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 10 de setembro de 1901 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1901.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1903.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1904.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1905.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1906.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1908 ao congresso legislativo do Pará pelo dr. Augusto Montenegro, govenador do estado.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908.

PARÁ. **Mensagem dirigida pelo sr. governador dr. Lauro Sodré ao congresso do estado do Pará em 7 de abril de 1894.** Belém: Typ. de Diário Oficial, 1894.

PARÁ. **Mensagem do diretor João Gualberto de Campos sobre instrução pública nos municípios.** A Escola: Revista Oficial de Ensino, Belém, n. 27, v. 7, p. 121, 1902b.

PARÁ. **Relatório com que o exm. sr. dr. Antônio Jose Ferreira Braga presidente da província abriu a sessão extraordinária de 26ª legislatura da assembleia legislativa provincial do Pará em 18 de setembro de 1889, Pará.** Belém: Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889.

PAULILO, A. L. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, p. 1-24, 2019.

SALES, L. C. Prédios escolares: representações sociais das escolas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 333-342, 2002.

SCHUELER, A. F.; MAGALDI, A. M. B. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, p. 32-55, 2009.

SOUZA, M. S. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república:** entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”. 2019. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. A. (Org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910. São Paulo: Unesp, 1998.

TAVARES JUNIOR, R. W. **Um Viveiro de Mestres:** A Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização (1890-1920). 2012. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedes**, v. 20, p. 74-87, 2000.

VIDAL, D. G.; SILVA, V. L. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Linhas**, Florianópolis, v. 11, p. 13-28, 2010.

WOLLMANN, G. T. **Cultura material escolar:** uma história a ser desvendada num grupo escolar (década de 1940 e 1950). 2015. Iniciação Científica (Relatório PIBIC em Pedagogia) – Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2015.



AUTORIA:

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). Contato: jessica04102000@gmail.com

** Professor Titular da Universidade Federal do Pará, docente do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Pós Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Contato: albertofdamasceno59@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

VASCONCELOS, J. M.; DAMASCENO, R. Instrução pública e materialidade: um estudo sobre cultura material escolar em instituições educacionais paraenses no início do século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, pp.1-22, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8675293. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8675293>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Notas

¹ Augusto Montenegro foi um político republicano, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de direito de Pernambuco, tendo ocupado diferentes cargos políticos durante sua carreira. Seu mandato como governador foi sucessor ao de Paes de Carvalho, com início em 1901, e sua atuação era elogiada, sendo Montenegro descrito como “notável estadista, admirado e respeitado de norte a sul da Republica” (Mattoso, s.d., p. 2). Sua gestão, em bibliografia feita por Ernesto Mattoso, foi descrita como salvadora, devido as economias feitas pelo governador e, ao mesmo tempo, por seus investimentos e atenção dedicada ao estado “Não ha serviço publico, por mais insignificante que seja, que não mereça sua atenção, como não há escola ou repartição publica que não mereça seus continuo cuidados e frequentes visitas” (Mattoso, s.d., p. 4).

² Nome pelo qual ficaram conhecidos os apoiadores de Lauro Sodré, enquanto os apoiadores de Antônio Lemos eram chamados de “lemistas” (Coimbra, 2013).